



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 13.767-000.365/91-43

Sessão de: 18 de fevereiro de 1993
Recurso no: 90.421
Recorrente: ILES SOARES COSTA.
Recorrida: DRF EM VITORIA - ES

D I L I G E N C I A no 203-0.051

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **ILES SOARES COSTA**.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1993.

Rosalvo Vital Gonzaga Santos
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

Ricardo Leite Rodrigues
RICARDO LEITE RODRIGUES - Relator

Alfonso Cracco
ALFONSO CRACCO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

MAPS/GR/JA



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no **13.767-000.365/91-43**

Recurso no: **90.421**
Diligência no: **203-0.051**
Recorrente: **ILES SOARES COSTA.**

R E L A T O R I O

O Contribuinte acima identificado foi notificado, fls. 02, a pagar Imposto Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuição Sindical, CNA e CONTAG, no montante de Cr\$ 60.495,84, correspondente ao exercício de 1991 do imóvel de sua propriedade, denominado Fazenda Boa Fé, cadastrado no INCRA sob o no 502.022.030.864-1, localizado no Município de Barra de São Francisco -ES.

Não aceitando tal Notificação, o Requerente procedeu à Impugnação de fl. 01, alegando simplesmente que o referido imóvel tem direito à redução do ITR (FRU 45% e FRE 45%).

A Autoridade Julgadora de Primeira Instância, às fls. 05/06, julgou procedente o lançamento de ofício, fundamentando, assim, sua decisão:

"Considerando que o processo se reveste das formalidades legais;

Considerando que de acordo com a informação de fl. 04, prestada pela Divisão de Arrecadação, consta débito em nome do contribuinte;

Considerando que o Decreto no 84.685/80 em seu artigo 11 diz que: "A redução do Imposto, de que tratam os arts. 8º, 9º e 10º não se aplicará ao Imóvel que, na data do lançamento, não esteja com o Imposto de exercícios anteriores devidamente quitado, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 151 do Código Tributário Nacional".

Considerando que o contribuinte não tem direito à redução do imposto por indicação de débitos em exercícios anteriores.

Considerando tudo o mais que do processo consta,"

PR



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13.767-000.365/91-43
Diligência nº: 203-0.051

Inconformado, o Contribuinte interpôs Recurso de fls. 08, limitando-se a anexar cópia da Certidão nº 003262, de 12/05/92, do INCRA, segundo a qual encontram-se quitados os ITR referentes aos exercícios de 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989 do imóvel rural em questão (fls. 09).

E o relatório.

PL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13.767-000.365/91-43
Diligência no 203-0.051

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

A certidão anexada pelo Recorrente a qual comprova que o imóvel rural cadastrado no INCRA sob o código no 502.022.030.864-1 se encontra com o ITR quitado referente aos exercícios de 1985 a 1989, é uma cópia e a mesma não está autenticada.

Assim sendo, voto para que o processo seja baixado em diligência a fim de que a repartição de origem solicite ao INCRA confirmação da autenticidade da Certidão, às fls. 09, dada por esse órgão.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1993.

Ricardo Leite Rodrigues
RICARDO LEITE RODRIGUES